

REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL[®]

SÃO PAULO • Nº 166 • SETEMBRO, 1994

RPS[®]
ANO 18

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

Regina Helena Costa(*)

Assentada a natureza tributária das contribuições sociais, sua perfeita identificação ainda suscita muito debate entre os estudiosos.

Para uns, as contribuições sociais representam uma categoria diferenciada de tributo, distinta dos impostos e das taxas; para outros, ela nada mais são do que tributos vinculados cuja hipótese de incidência consiste numa atuação estatal indireta e mediatamente referida ao obrigado, podendo o aspecto material revestir-se da modalidade de taxa ou imposto.

Filiando-nos à segunda orientação doutrinária, temos por acurada a observação de *Sacha C. Navarro Coelho* quando ensina que as contribuições sociais são, em regra, "impostos afetados a finalidades específicas" (1).

Em razão disso, entendemos ser aplicável às contribuições sociais o princípio da capacidade contributiva, ora insculpido no art. 145, § 1º, da Constituição da República.

Tal princípio, que constava da democrática Constituição de 1946, foi retirado do texto constitucional pela Emenda n. 18, de 1965, e somente veio a ser resgatado pela Constituição vigente, como regra fundante do sistema tributário, orientadora da tributação por via de impostos.

A capacidade contributiva pode ser definida, singelamente, como a aptidão, da pessoa colocada na posição de destinatário legal tributá-

rio, para suportar a carga tributária, sem o perecimento da riqueza lastreadora da tributação (2).

Na Lei Maior, a obrigatoriedade do respeito a esse princípio vem expressa no comando consoante a qual "sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte (...)" (art. 145, § 1º, CF).

Em outras palavras, o preceito pode ser assim traduzido: quem tem mais, paga mais, quem tem menos, paga menos; e quem não tem nada, não paga.

Revela-se, portanto, uma derivação do princípio maior da igualdade, correspondendo a uma das expressões da isonomia no campo dos impostos.

No que tange às contribuições sociais, pensamos que idêntico raciocínio há de ser aplicado. Informam essas imposições o princípio do benefício: reportam-se a uma especial despesa ou especial vantagem referida ao contribuinte. Porém, configurando-se como impostos, as contribuições sociais deverão observar, naturalmente, o princípio da capacidade contributiva.

Saliente-se que o Texto Fundamental, ao cuidar da seguridade social, em seu art. 194, parágrafo único estabelece competir ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos objetivos que elenca, entre eles "a equidade na forma de participação no custeio" (inciso V), que, a nosso ver, nada mais é do que a aplicação, no campo das contribuições sociais, do princípio da capacidade contributiva.

(*) Juíza Federal em São Paulo, Professora, Assistente de Direito Tributário da Faculdade de Direito da PUC/SP, Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP.

(1) "Estudo breve sobre contribuições sociais às luzes da Constituição de 1988", Separata da Revista de Direito Tributário. VI Congresso Brasileiro de Direito Tributário, SP, setembro/92, Malheiros Editores, pp. 96/105.

(2) Cf. nosso "Princípio da Capacidade Contributiva", SP, Malheiros Editores, 1993, p. 101.

Em consequência, impõe-se sejam tais contribuições graduadas segundo a capacidade econômica do sujeito passivo, mediante a adoção da técnica da progressividade, consistente na elevação da alíquota à medida que aumenta a quantidade gravada, ou seja, na tributação mais do que proporcional à riqueza de cada um. A uniformidade de alíquota, indiferente à expressão das bases de cálculo, viola, portanto, a diretriz constitucional em tela.

Ainda, imprimida a progressividade às alíquotas, mister a fixação de um teto, afastando-

se, assim, a possibilidade de, por intermédio de alíquotas demasiadamente elevadas, se atribuir efeito confiscatório às contribuições sociais, em homenagem, aliás, ao disposto no art. 150, IV, da Constituição da República⁽³⁾.

Desse modo, em se tratando da contribuição social devida pelos trabalhadores, por exemplo quem recebe mais, mais paga, devendo, para tanto, sofrer o impacto tributário com maior intensidade, de acordo com uma alíquota maior.

São Paulo, 25 de março de 1994.

(3) Cf. nosso "Princípio ...", p.p. 75 e 90/91.